



MPCDF

Fl.
Proc.: 24463/19
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO N° 24.463/2019

PARECER N° 0646/2021 - G1P/DA

EMENTA: Representação. Processo eletrônico. SEDES/DF. Representação n.º 11/2019-G1P/MPC-DF. Suposta irregularidade na condução do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Técnico em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do DF, na especialidade Agente Social, da então SEDESTMIDH/DF. Conhecimento, concessão de cautelar para suspensão da divulgação do resultado final do certame, e prazo à SEDES/DF e IBRAE para esclarecimentos. Cumprimento. Análise de mérito. Procedência da Representação e determinação de observância do art. 59 da Lei n.º 4949/2012 nos certames da SEDES/DF. Pedidos de Reexame. Conhecimento. Análise de mérito. Improvimento dos Recursos e reconhecimento da possibilidade de arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo STJ no RESP 488004/PI. Embargos de Declaração. Conhecimento. Não provimento. Juntada de documentos versando sobre demandas judiciais ajuizadas. Requerimento de candidatos. Reinstrução. Diligência à SEDES/DF e ao IBRAE, para que informem as medidas adotadas visando cumprir as Decisões n.º 4145/2019 (item III, “a” e “b”) e n.º 850/2020 (item IV, “c”), consignando as decisões judiciais porventura existentes que impedem o cumprimento. Manifestações da SEDES/DF e do IBRAE. Análise. Cumprimento da diligência. Instrução pelo arquivamento dos autos, ante a inexistência de deliberação judicial para desconstituir decisões do TCDF proferidas nos autos. Parecer convergente do Ministério Público de Contas do DF.

Versam os autos sobre o exame da Representação n.º 11/2019-G1P (Peça 3) proposta pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPC acerca de suposta irregularidade na condução do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Técnico em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do DF, na especialidade Agente Social, da então Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF - SEDESTMIDH, objeto do Edital n.º 1/2018-SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018, com a retificação promovida pelo Edital n.º 3/2018, publicado em 19.12.2018.

2. A Representação ofertada pelo MPC/DF decorreu, em suma, de Denúncia recebida acerca do descumprimento do subitem 1.1.3 do Edital de Retificação n.º 3/2018, que descreve a forma de cálculo da pontuação dos candidatos em caso de anulação de questões de prova (ajuste proporcional).

3. O Tribunal, em sua análise de mérito havia concluído pela procedência da Representação, consoante a **Decisão n.º 4145/2019** (Peça 24), **in verbis**:

O Tribunal (...) decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício SEI-GDF n.º 703/2019-SEDES/GAB e anexos (peça 17), considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão n.º 3714/2019; b) da peça eletrônica 18, relativa à pedido de



MPCDF

Fl.
Proc.: 24463/19
Rubrica**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
PRIMEIRA PROCURADORIA

ingresso nos autos, na condição de amicus curiae, do Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal (SINDSASC/DF); II – ratificando a medida cautelar concedida pelo item II da Decisão nº 3714/2019, considerar, no mérito, procedente a Representação nº 11/2019-GIP, interposta nos autos pelo Ministério Público junto à Corte (peça 3), à luz do conjunto jurídico e probatório carreado ao feito, notadamente em face de a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, em conjunto com o Instituto Brasil de Educação-IBRAE, não terem cumprido, em todos os seus termos, as disposições do art. 59 da Lei Distrital nº 4.949/2012 e do subitem 1.1.3 do Edital de Retificação nº 3/2018, publicado no DODF de 19.12.2018, em clara violação aos princípios da legalidade, vinculação ao edital, segurança jurídica, impessoalidade, moralidade e boa-fé objetiva, mormente em face da adoção de novos critérios de correção de prova não previstos no edital normativo do concurso público para Técnico em Assistência Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, nas especialidades Agente Social e Cuidador Social; III – determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, em conjunto com o Instituto Brasil de Educação-IBRAE, que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) procedam à divulgação de novo resultado preliminar da prova objetiva do concurso público para Técnico em Assistência Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal (especialidades Agente Social e Cuidador Social) em fiel observância aos ditames do art. 59 da Lei Distrital nº 4.949/2012, bem como ao subitem 1.1.3 do Edital de Retificação nº 3/2018, publicado no DODF de 19.12.2018, com a prática dos atos daí decorrentes, relativas às etapas posteriores do certame; b) adotem a providência descrita na alínea precedente não apenas em relação ao concurso público para Técnico em Assistência Social (Agente Social e Cuidador Social), mas também aos demais concursos públicos realizados pela então SEDESTMIDH na mesma época, a saber: Técnico em Assistência Social (Técnico Administrativo), Especialista em Assistência Social – área meio (Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia, Estatística e Nutrição) e Especialista em Assistência Social – área fim (Educador Social, Direito e Legislação, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social); IV – encaminhar cópia da instrução e desta decisão ao Parquet especializado, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal e ao Instituto Brasil de Educação-IBRAE; V – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins. (grifamos)

4. Foram interpostos Recursos em face da decisão supra (Peças 31, 38 e 39), que foram conhecidos com atribuição de efeito suspensivo (**Decisão nº 4.360/2019**, Peça 46).

5. Houve, ainda, o ajuizamento de Ação Popular (Processo nº 0712157-74.2019.8.07.0018, 3ª VFP do DF) contra a Decisão nº 4145/2019 (Peça 57), cuja Sentença de 3.2.2020, extinguiu o processo sem julgamento de mérito, bem como o ajuizamento de outras Ações Populares (Processos nºs 0712177-65.2019.8.07.0018, Peça 83, e 0700072-22.2020.8.07.0018, Peça 103), também extintas sem julgamento de mérito, respectivamente, em 4.8.2020 e 24.1.2020, além de outras demandas judiciais (Peças 81, 86 e 107).

6. Pela **Decisão nº 850/2020** (Peça 195), o Tribunal negou provimento aos Pedidos de Reexame interpostos, e resolveu: **IV - autorizar: (...) c) a ciência do titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI; d) o retorno dos autos (...).**



MPCDF

Fl.
Proc.: 24463/19
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

7. Em seguida, foram noticiadas nos autos as proposituras de outras duas Ações judiciais em face da Decisão nº 4145/2019 (Ação Popular nº 0700075-74.2020.8.07.0018, Peça 223, extinto sem julgamento de mérito em 24.1.2020, e Mandado de Segurança nº 0726354-88.2019.8.07.0000, Peça 237).

8. Foram opostos Embargos de Declaração em face da Decisão 850/2020, cujo provimento também foi negado, a teor da **Decisão nº 1.127/2020** (Peça 252):

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II - negar provimento ao recurso mencionado no subitem I do item I (acima); III - esclarecer ao IBRAE e à SEDES/DF que, por questão de lógica, o mesmo critério aqui adotado deve servir de parâmetro para os concursos públicos daquela Pasta que foram expressamente citados na alínea “b” do item III da Decisão nº 4145/19; IV – autorizar o retorno dos autos à Sefipe, para a adoção das devidas providências. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos (...).

9. A Unidade destacou, que, tendo em vista os improvimentos dos Recursos e as demandas judiciais realçadas, em análises pretéritas havia sugerido diligência para que fossem prestados esclarecimentos acerca dos desdobramentos advindos das deliberações da Corte de Contas, observando-se, ainda, possíveis reflexos de demandas judiciais, consoante excerto a seguir:

10. Nas instruções de Peças 990 e 1130 desta SEFIPE, relatamos os documentos juntados aos autos (em especial os relativos a **demandas judiciais propostas perante o TJDF contra decisões desta Corte**) e as consequências no andamento dos concursos públicos objeto da representação inaugural dos autos.

11. Dessa forma, sugerimos na instrução pretérita (Peça 1130) que a jurisdicionada, em conjunto com o SEBRAE, relativamente aos quatro concursos deflagrados pela jurisdicionada, informassem detalhadamente as **medidas adotadas** visando cumprir as Decisões TCDF nºs 4145/2019 (item III, a e b) e 850/2020 (item IV, c), consignando as decisões judiciais porventura existentes que impedem o cumprimento dessas decisões do TCDF.

10. Asseverou que, as proposições foram acolhidas, nos termos da **Decisão nº 5283/2020** (Peça 1135), cujos desdobramentos ora se examinam, **in verbis**:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das peças nºs 265 a 989, 996, 998 a 1075, 1079 a 1091 a 1129; II - determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF, em conjunto com o Instituto Brasil de Educação - IBRAE, que, no prazo de 30 (trinta) dias, relativamente aos quatro concursos deflagrados pela jurisdicionada, informem detalhadamente as medidas adotadas visando cumprir as Decisões TCDF nºs 4145/2019 (item III, “a” e “b”) e 850/2020 (item IV, “c”), consignando as decisões judiciais porventura existentes que impedem o cumprimento das referidas deliberações; III - encaminhar cópia desta decisão aos autores dos expedientes de peças nºs 996, 1075, 1092 e 1125; IV - autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Informação nº 197/2020 - DIFIPE3 e do relatório/voto do Relator à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, para conhecimento e eventuais providências junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT; b) o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos (...).



MPCDF

Fl.
Proc.: 24463/19
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

11. Assinalou que, em atendimento, houve a juntada de Expedientes oriundos da SEDES/DF e do IBRAE, consoante a seguir:

13. A SEDES/DF, pelo Ofício nº 49/2021 - SEDES/GAB/ASSESP (Peça 1247 e anexos – Peças 1248 a 1260), consigna que os autos foram remetidos ao IBRAE, que se manifestou por meio do Ofício nº 1/2021 - IBRAE e anexos. Ou seja, a SEDES/DF somente encaminha as informações prestadas pelo IBRAE, sem emitir teses/informações adicionais.

14. O referido expediente oriundo do IBRAE está consubstanciado na Peça 1261 e anexos - Peças 1262 a 1278). Por meio do documento, o instituto consigna que, em relação ao arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões da prova objetiva, tanto ele como a SEDES/DF cumpriram rigorosamente a decisão do TCDF (Decisão nº 850/2020, IV, “c”).

15. Nesse sentido, afirma que novo resultado foi publicado no DODF de 6.5.2020, páginas 61, 74, 91 e 120, para levar em consideração o arredondamento. Essas quatro publicações referem-se a quatro editais de concursos públicos diferentes (todos eles de responsabilidade do SEDES/DF) para diversos cargos públicos.

4 São eles (apesar de terem sido publicados no mesmo diário oficial e possuírem mesmos números de edital normativo, tratam-se de editais de concursos públicos diferentes):

- 1) EDITAL Nº 01 (PUBLICADO NO DODF DE 27.11.2018): CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CARREIRA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, NA ESPECIALIDADE TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CÓDIGO 301;
- 2) EDITAL Nº 01 (PUBLICADO NO DODF DE 27.11.2018): CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CARREIRA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, NAS ESPECIALIDADES ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL, ECONOMIA, ESTATÍSTICA E NUTRIÇÃO
- 3) EDITAL Nº 01 (PUBLICADO NO DODF DE 27.11.2018): CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CARREIRA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, NAS ESPECIALIDADES AGENTE SOCIAL E CUIDADOR SOCIAL – CÓDIGO 401
- 4) EDITAL Nº 01 (PUBLICADO NO DODF DE 27.11.2018): CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CARREIRA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, NAS ESPECIALIDADES EDUCADOR SOCIAL, DIREITO E LEGISLAÇÃO, PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL – CÓDIGO 101

16. Ademais, o IBRAE ressalta que, contra o arredondamento de notas para baixo determinado pela Decisão TCDF nº 850/2020, foram impetrados, até aquele momento, 49 (quarenta e nove) mandados de segurança, sendo que em todos os julgamentos que realizou, o Conselho Especial do TJDF manteve a Decisão TCDF nº 850/2020.

17. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), pelo Ofício nº 24/2021-PGDF/GAB (Peça 1297), em atenção ao item IV, a, da Decisão nº 5283/2020 (Peça 1135), traz informações atualizadas até aquela data prestadas pela Chefia da Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal Estatutário por meio do Despacho - PGDF/PGCONT/PROPES/CHEFIA (Peça 1298), a respeito do andamento das ações judiciais listadas na instrução pretérita desta Unidade Técnica.

18. A tabela constante das págs. 76/81 da Peça 1298 traz um quadro resumido das situações então vigentes acerca das demandas judiciais ajuizadas em função do arredondamento para baixo do número de questões para aprovação na prova objetiva decorrente da autorização concedida pelo TCDF na Decisão nº 850/2020. Na quase totalidade das demandas, as decisões foram desfavoráveis aos autores. Em apenas 5 (cinco) demandas havia decisões precárias favoráveis aos demandantes naquele momento (Processos nºs 07142892720208070000; 07146608820208070000; 07116235320208070000; 07116339720208070000 e 07118192320208070000). Verificamos



MPCDF

Fl.
Proc.: 24463/19
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

no sítio eletrônico do TJDFT que essas decisões foram posteriormente revogadas, tendo sido denegadas as seguranças pretendidas.

12. Em sua análise, a Unidade Técnica ponderou que, as questões tratadas nos autos restaram resolvidas, convergindo para o arquivamento. Teceu as seguintes considerações a respeito:

19. Além da manifestação do IBRAE, foram juntados aos autos diversos documentos relativos às demandas judiciais propostas em face da decisão plenária que autoriza o arredondamento para baixo do número de questões para aprovação em prova objetiva dos certames realizados pelo IADES/DF.

20. Conforme destaca o IBRAE, não temos conhecimento, nos presentes autos, de decisão judicial que tenha desconstituído a Decisão TCDF nº 850/2020. Dessa forma, mantém-se hígida a decisão TCDF que determinou a distribuição proporcional da pontuação relativa a questões anuladas de prova objetiva (Decisão nº 4145/2019), bem como a que autorizou o arredondamento para baixo do número mínimo de acertos de questões de prova objetiva para aprovação no certame (Decisão nº 850/2020). À título de ilustração, trazemos o seguinte acórdão emanado do Conselho Especial do TJDFT sobre a Decisão TCDF nº 850/2020 (Peça 1495):

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE AGENTE SOCIAL. ATO EMANADO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF. LEGITIMIDADE DO PRESIDENTE DO TCDF. ILEGITIMIDADE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. CITAÇÃO DE OUTROS CANDIDATOS. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. DESNECESSIDADE. ANULAÇÃO DE QUESTÕES. DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DOS PONTOS. ALTERAÇÃO DA NOTA MÍNIMA PARA APROVAÇÃO (NOTA DE CORTE). ARREDONDAMENTO PARA BAIXO. SOLUÇÃO QUE ATENDE AO INTERESSE PÚBLICO. MERA ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA. INTERPRETAÇÃO DAS REGRAS EDITALÍCIAS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. 1. Mandado de Segurança impetrado contra Presidente do Tribunal de Contas da União e Secretário de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal contra ato que autorizou o arredondamento para baixo do número de questões necessárias para aprovação no concurso público para o cargo de Agente Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF. 2. O polo passivo do mandado de segurança deve ser composto pela autoridade que está revestida de competência para praticar ou ordenar a execução ou inexecução do ato impugnado, respondendo pelas suas consequências administrativas. Se o impugnado emanou de decisão colegiada do Tribunal de Contas do Distrito Federal, tendo sido apenas executado pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, nesse caso reconhece-se a legitimidade da Presidente do Tribunal de Contas para figurar no polo passivo do mandamus e a ilegitimidade da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal para o mandamus. 3. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado “quanto à inexistência de litisconsórcio passivo necessário entre todos os candidatos aprovados em concurso público” (EDcl no AgRg no RMS 47.960/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 15/10/2019). 4. A concessão da ordem em mandado de segurança pressupõe, em linhas gerais, um direito líquido e certo violado ou em risco de ser violado, em decorrência de ilegalidade ou abuso de poder por parte de uma autoridade. Além disso, o rito diferenciado do writ exige a prova pré-constituída do direito vindicado. 5. Tendo em vista que, em função das anulações de questões e distribuição proporcional dos pontos, alterando o valor de cada questão, restou impossível obter-se o valor exato da nota mínima para aprovação (nota de corte), reputa-se legítimo promover-se o arredondamento da nota para baixo, por ser a solução que atende ao interesse público, ao permitir a continuidade no certame do maior número de candidatos, em face da necessidade de pessoal do órgão realizador do certame, ainda que o procedimento tenha ensejado a alteração na classificação do impetrante, que passou a figurar além daquela estabelecida para realização do curso de formação (600a). 6. Ausente, portanto, ilegalidade na decisão colegiada da Corte de Contas local, que autorizou a SEDES-DF e a Banca Examinadora a procederem ao arredondamento para baixo do número de questões necessárias para aprovação no concurso. 7. Julgado o mérito do Mandado de Segurança, tem-se por prejudicado o Agravo Interno interposto contra decisão que



MPCDF

Fl.
Proc.: 24463/19
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

indeferiu a liminar. 8. Preliminares rejeitadas. Ordem denegada. Agravo interno prejudicado. (grifamos)

21. Como já houve a homologação dos resultados finais dos quatro concursos noticiados nos presentes autos, os quais foram republicados em atenção às decisões desta Corte, e como as decisões plenárias proferidas neste processo encontram-se válidas e tendo produzido os respectivos efeitos nos concursos públicos em comento, a medida que ora se impõe é o arquivamento dos autos.

22. Há de se destacar que a análise da legalidade, para fins de registro, das admissões decorrentes dos citados concursos públicos será realizada em autos específicos, conforme sistemática adotada pelo TCDF via SIRAC – Admissões, a teor da Resolução nº 276/2014.

13. Nesse sentido, a par das ponderações e conclusões anteriores, sugeriu ao e. Tribunal:

I - tomar conhecimento:

a) do Ofício nº 49/2021 – SEDES/GAB/ASSESP, oriundo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Peça 1247 e anexos – Peças 1248 a 1260), bem como da manifestação do Instituto Brasil de Educação – IBRAE (Peça 1261 e anexos – Peças 1262 a 1278), considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 5283/2020;

b) do Ofício nº 24/2021-PGDF/GAB e anexo (Peças 1297/1298);

c) das Peças 1140 a 1214, 1217 a 1244, 1279 a 1296, 1299 a 1518;

II - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.

14. Expostas as considerações apresentadas na Instrução, cabe ressaltar que foram juntados aos autos diversos documentos relativos às demandas judiciais propostas em face da Decisão que autorizou o arredondamento para baixo do número de questões para aprovação em prova objetiva dos certames realizados pelo IADES/DF, em especial, objetivando a desconstituição da Decisão-TCDF nº 850/2020, além da anterior Decisão nº 4.145/2019, fato que motivou, em análise pretérita, a solicitação de esclarecimentos adicionais acerca dos desdobramentos advindos das deliberações da Corte de Contas, bem como de possíveis reflexos decorrentes de demandas judiciais correlatas, a teor da Decisão nº 5283/2020.

15. Desta feita, tendo em conta as informações e esclarecimentos apresentados, no sentido de que a Entidade executora dos certames (IBRAE) e a Jurisdicionada (SEDES) adotaram as medidas cabíveis, em atenção às Decisões nº 4.145/2019 e nº 850/2020, que, respectivamente, “*determinou a distribuição proporcional da pontuação relativa a questões anuladas de prova objetiva*”, bem como “*autorizou o arredondamento para baixo do número mínimo de acertos de questões de prova objetiva para aprovação*”, com reflexos nos diversos certames deflagrados, aliado ao fato de que não se constatou nenhuma decisão e/ou demanda judicial, vigente e/ou tendente a desconstituir tais deliberações, que permanecem hígidas, no momento, vislumbram-se corretas as conclusões realçadas na Instrução, quanto ao conhecimento das peças juntadas e quanto ao arquivamento do feito.

16. Corroboram nesse sentido as informações adicionais no sentido de que “*já houve a homologação dos resultados finais dos quatro concursos noticiados nos presentes autos, os quais foram republicados em atenção às decisões desta Corte, e como as decisões plenárias*



MPCDF

Fl.
Proc.: 24463/19
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

proferidas neste processo encontram-se válidas e tendo produzido os respectivos efeitos nos concursos públicos em comento, a medida que ora se impõe é o arquivamento dos autos”.

17. Pelo exposto, opina este **Parquet** especializado pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 30 de setembro de 2021.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador